

## **APRENDIZAGEM DE ALUNOS IMIGRANTES: REFLEXÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA SUPERAÇÃO DAS BARREIRAS LINGUÍSTICAS E CULTURAIS**

**VIGANÓ, Erica C.<sup>1</sup>**  
**WENGGEN, Marize<sup>2</sup>**  
**BOEIRA, Adriana<sup>3</sup>**

**RESUMO:** Este artigo busca analisar os impactos das barreiras linguísticas e culturais no processo de aprendizagem de alunos imigrantes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental nas escolas brasileiras, visto que na atualidade existe um aumento expressivo no número desses alunos nas instituições de ensino. Assim, de que forma as barreiras linguísticas e culturais impactam o desempenho escolar desses imigrantes no Ensino Fundamental? Diante disso, objetiva-se compreender o contexto social e cultural em que esses estudantes estão inseridos no país, além de buscar identificar as dificuldades linguísticas e culturais que se fazem presentes durante o processo de ensino, bem como reconhecer que a Língua Portuguesa possui um papel central como Língua de Acolhimento, para promover além da comunicação, a construção de vínculos e identidades no país acolhedor, tornando-se fundamental que as escolas e os professores implementem práticas pedagógicas que contemplem suas especificidades, promovam o acesso, a permanência, o desenvolvimento integral, além de um ensino eficaz, inclusivo e significativo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imigração, adaptação, acolhimento, metodologias.

## **LEARNING OF IMMIGRANT STUDENTS: REFLECTIONS AND PEDAGOGICAL PRACTICES IN OVERCOMING LINGUISTIC AND CULTURAL BARRIERS**

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the impact of linguistic and cultural barriers on the learning process of immigrant students in the early years of elementary education in Brazilian schools, given the significant increase in the number of these students in educational institutions today. Thus, how do linguistic and cultural barriers affect the academic performance of these immigrants in elementary school? In light of this, the objective is to understand the social and cultural context in which these students are situated in the country, as well as to identify the linguistic and cultural challenges present during the teaching process. It also seeks to recognize the central role of the Portuguese language as a Language of Welcome, promoting not only communication but also the construction of bonds and identities in the host country. Therefore, it is essential that schools and teachers implement pedagogical practices that address the specific needs of these students, ensuring access, retention, holistic development, and effective, inclusive, and meaningful education.

**KEYWORDS:** Immigration, Adaptation, Welcoming, Methodologies.

<sup>1</sup>Acadêmica do Centro Universitário FAG, [ecvigano@minha.fag.edu.br](mailto:ecvigano@minha.fag.edu.br)

<sup>2</sup>Acadêmica do Centro Universitário FAG, [mwenggen1@minha.fag.edu.br](mailto:mwenggen1@minha.fag.edu.br)

<sup>3</sup>Mestre em Análise do Discurso, Docente do Centro Universitário FAG, [adrianasilva@fag.edu.br](mailto:adrianasilva@fag.edu.br)

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa analisar o impacto das barreiras linguísticas e culturais na aprendizagem de alunos imigrantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Além de compreender o contexto social e cultural nos quais estão inseridos e identificar os desafios enfrentados no processo de adaptação escolar, bem como explorar práticas pedagógicas que possam garantir um ensino mais acessível e sensível às especificidades linguísticas e culturais.

Dessa maneira, o trabalho pretende responder a seguinte pergunta: de que forma as barreiras linguísticas e culturais impactam o desempenho escolar de estudantes imigrantes no Ensino Fundamental? E quais práticas pedagógicas podem ser implementadas para promover sua inclusão, favorecer a adaptação e assegurar a permanência no ambiente escolar?

O Brasil destaca-se por sua ampla diversidade linguística e cultural, fator que exerce influência direta sobre a experiência dos indivíduos em situação de imigração no país. Segundo dados recentes do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2024), entre 2010 e o presente, o Brasil recebeu aproximadamente 1.700.686 pessoas migrantes, das quais 215.751 são crianças de 0 a 15 anos, que passaram a integrar o sistema educacional brasileiro.

Conforme Stoffel *et al.* (2024), o aumento significativo no fluxo de estudantes imigrantes é impulsionado, sobretudo, pela busca por melhores condições de vida e trabalho. Essa realidade impõe novos desafios às instituições escolares brasileiras, que precisam adaptar suas práticas pedagógicas para assegurar a efetividade do processo de ensino-aprendizagem, garantindo os direitos e promovendo a integração desses alunos. Tais medidas encontram respaldo na Constituição Federal de 1988, especialmente em seu artigo 5º, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seus artigos 2º e 3º, os quais reforçam os princípios da igualdade e do respeito à diversidade como fundamentos essenciais de uma educação democrática e inclusiva.

Sendo assim, a Língua Portuguesa exerce um papel central como Língua de Acolhimento, constituindo-se em um instrumento essencial para a integração social dos estudantes imigrantes. O domínio da língua local não apenas facilita a comunicação e o acesso ao conhecimento, mas também favorece a criação de vínculos interpessoais e a construção de um ambiente educacional mais inclusivo. No

entanto, conforme ressalta Balzan *et al.* (2022), a barreira linguística representa a principal dificuldade enfrentada por esses estudantes, especialmente porque muitos deles, em razão do caráter forçado da migração, chegam ao Brasil sem qualquer conhecimento prévio da Língua Portuguesa.

Diante dessa problemática, evidencia-se a necessidade de adaptar as metodologias de ensino, de modo a contemplar as especificidades das crianças imigrantes e garantir sua plena inserção escolar. No âmbito do Ensino Fundamental, a presença de alunos imigrantes demanda a implementação de estratégias pedagógicas que possibilitem um processo de ensino-aprendizagem ao estudante.

Nesse cenário, o presente trabalho justifica-se pela necessidade de analisar os desafios enfrentados pelos estudantes imigrantes no Ensino Fundamental, como também identificar as práticas pedagógicas que favoreçam sua adaptação ao ambiente escolar. Busca-se, ainda, compreender o contexto social e cultural no qual esses alunos estão inseridos, a fim de propor ações educativas que promovam uma aprendizagem eficiente, inclusiva e socialmente responsável.

O desenvolvimento deste trabalho fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica de natureza pura, voltada à ampliação do conhecimento, com uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e explicativo, baseada em observações e análise das obras de diferentes autores da área. A partir do uso de referenciais teóricos, documentos oficiais e artigos científicos, buscou-se identificar e compreender aspectos essenciais para a inclusão de estudantes imigrantes, reconhecendo a Língua Portuguesa como língua de acolhimento e destacando a importância da adoção de metodologias que favoreçam um aprendizado adaptado e eficaz.

O aumento do número de estudantes imigrantes nas escolas brasileiras evidencia desafios significativos no processo de inclusão educacional enfrentado por esses alunos. Para analisar tais obstáculos, esta fundamentação teórica está organizada em três eixos principais: (1) o contexto social e cultural dos estudantes imigrantes e as dificuldades linguísticas e culturais que influenciam sua trajetória escolar; (2) o papel da Língua Portuguesa como língua de acolhimento na adaptação escolar; e (3) as abordagens pedagógicas voltadas à promoção da inclusão e do aprendizado desses estudantes. Dessa forma, busca-se fornecer subsídios para uma prática educativa mais sensível, equitativa e eficaz, capaz de atender à diversidade presente no ambiente escolar.

## **2 CONTEXTO SOCIAL E CULTURAL DE ESTUDANTES IMIGRANTES/ DIFICULDADES LINGUÍSTICAS E CULTURAIS**

O contexto social e cultural em que os estudantes imigrantes estão inseridos no Brasil apresenta desafios significativos, especialmente no que se refere às barreiras linguísticas e culturais que dificultam sua integração no ambiente escolar. Tais obstáculos podem desencadear manifestações de preconceito étnico, xenofobia e racismo, em virtude de pertencerem a culturas distintas daquelas predominantes no país.

Ao ingressarem em um novo país, esses indivíduos têm seus direitos humanos frequentemente violados e enfrentam dificuldades na comunicação devido ao desconhecimento do idioma local, o que compromete a interação social. A barreira linguística constitui, portanto, um fator que impacta de forma significativa a trajetória escolar de estudantes imigrantes, uma vez que a dificuldade em compreender e em se expressar na língua de acolhimento pode afetar o desempenho acadêmico, limitar a participação nas atividades em sala de aula e dificultar a interação com colegas e professores. Essas limitações podem gerar sentimentos de isolamento, frustração e, em casos mais graves, levar ao abandono escolar, especialmente na ausência do suporte pedagógico adequado.

De acordo com Oliveira e Silva (2017), à medida que o estudante imigrante se integra às práticas de cidadania, a língua torna-se um elemento essencial para suas interações cotidianas com a sociedade receptora. A aquisição e o domínio da Língua Portuguesa possibilitam que ele se comunique de forma adequada tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, promovendo um sentimento de pertencimento ao contexto social.

Souza e Senna afirmam que:

A integração desses alunos na escola é o primeiro passo pedagógico para a efetivação do sucesso escolar do aluno imigrante. Portanto, é importante pensar sobre a maneira como a escola acolhe e integra alunos oriundos de outros países, se suas particularidades estão sendo atendidas e respeitadas, para que no futuro eles não se tornem sujeitos representativos do “fracasso escolar” (2020, p.88).

Torna-se, portanto, indispensável a reflexão acerca da importância do acolhimento e do incentivo que devem ser proporcionados às crianças e aos jovens imigrantes ao ingressarem na escola, especialmente considerando que, na atualidade,

há uma certa invisibilidade em relação a esses sujeitos, dada a complexidade e os desafios que envolvem sua inserção. A aprendizagem da Língua Portuguesa assume um papel essencial, configurando-se como um requisito necessário para que os estudantes imigrantes possam alcançar a integração na sociedade à qual agora pertencem.

De acordo com Fraga:

[...] estudos revelam que as nossas instituições de ensino regular não possuem aparato necessário para incluir os alunos estrangeiros, que não recebem qualquer tratamento diferenciado ao qual têm direito, para que possam adquirir a comunicabilidade na nova língua (2015, p. 3).

Bagno (1999) destaca que há uma supervalorização da língua escrita em detrimento da língua falada, configurando um preconceito histórico presente em várias gerações. O autor enfatiza a importância de respeitar todas as variedades da língua de forma igualitária, uma vez que estas compõem a cultura brasileira, marcada pelo multiculturalismo e multilinguismo. Nesse sentido, torna-se fundamental valorizar e acolher as diferentes línguas e culturas presentes no ambiente escolar.

Os professores brasileiros que não dominam línguas estrangeiras e os estudantes imigrantes, expostos a uma cultura distinta da sua, representam duas problemáticas centrais que dificultam a inserção efetiva desses sujeitos na educação. Essa situação pode levar à exclusão e ao baixo desempenho acadêmico, afetando, muitas vezes, o aspecto emocional, considerando que esses estudantes já enfrentam situações de insegurança e vulnerabilidade. Nesse contexto, a escola assume um papel fundamental como espaço de acolhimento, inclusão e construção de pertencimento (Fraga, 2015).

Diante disso, os estudantes imigrantes não devem ser percebidos como um grupo homogêneo, mas sim como sujeitos individuais de culturas e experiências distintas. A escola deve considerar as diferentes formas como esses estudantes percebem o mundo, de modo a promover a comunicação e a convivência intercultural, uma vez que, a ausência de representatividade cultural nos currículos escolares, reforça a invisibilidade, transmitindo-lhes a impressão de que seus valores, práticas e costumes não são reconhecidos nem valorizados.

Na visão de Andrade e Santos (2010), as escolas têm a responsabilidade de receber esses alunos de maneira inclusiva, e devem agir buscando preparar todos para a diversidade linguística que se faz presente na realidade. Dessa forma, as

instituições de ensino devem valorizar e respeitar as diferenças linguísticas e culturais que os estudantes trazem consigo e, sobretudo, assegurar o direito à aprendizagem.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), o trabalho com a pluralidade cultural deve ser constante, permitindo que a escola atue de maneira ativa na construção de uma cultura de paz, fundamentada na tolerância, no respeito aos direitos humanos e na cidadania. Para que esse aprendizado seja efetivo e significativo, é necessário que os princípios democráticos sejam vivenciados no cotidiano escolar, por meio de ações concretas que superem qualquer forma de discriminação ou exclusão social, promovendo o respeito à diversidade e valorizando cada indivíduo e grupo que compõem a sociedade brasileira.

Nesse sentido, para superar as barreiras, as instituições de ensino devem propiciar uma aprendizagem pautada em práticas pedagógicas que garantam a acessibilidade e a inclusão dos imigrantes, assegurando-lhes o direito de manifestar seus interesses e conhecimentos acerca de seu contexto histórico, a fim de extinguir as barreiras linguísticas e culturais existentes.

Além disso, a formação de professores para lidar com esses contextos culturais diversos, o envolvimento com a comunidade escolar e o incentivo à convivência intercultural são estratégias necessárias para que o respeito às diferenças e às garantias das mesmas oportunidades de aprendizagem tornem-se prioridades nas escolas, rompendo a visão etnocêntrica exclusivamente direcionada a esses indivíduos.

### **3 LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO NA ADAPTAÇÃO ESCOLAR**

O período inicial em que o imigrante enfrenta dificuldades para se comunicar na língua do país acolhedor, embora transitório, pode impactar significativamente sua experiência de adaptação. Mesmo que alguns indivíduos possuam conhecimento da estrutura linguística, frequentemente lhes falta a compreensão cultural necessária para o uso pragmático da língua, fator essencial para a comunicação eficaz e a integração social.

Dessa forma, ao inserir alunos imigrantes no ambiente escolar, torna-se essencial que esses sujeitos conheçam a língua utilizada tanto no contexto educacional quanto em sua vida cotidiana. Além disso, é fundamental que tenham

oportunidades de praticar a língua e vivenciar a cultura do país de acolhimento, de modo a serem reconhecidos e valorizados como sujeitos plenos. Evidencia-se, portanto, a importância da aprendizagem da Língua Portuguesa como Língua de Acolhimento (PLAc).

O conceito de Língua Portuguesa como Língua de Acolhimento (PLAc) refere-se a um ensino voltado às necessidades de integração e adaptação de indivíduos imigrantes, com o objetivo de promover a compreensão da língua para a inserção em uma nova sociedade. Segundo Freitas (2023), o ensino da Língua Portuguesa como língua de acolhimento é direcionado a estudantes imigrantes que se encontram em situação de vulnerabilidade e que enfrentam dificuldades diárias na realização de atividades cotidianas.

Conforme Bagno (1999), no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, este apresenta um alto nível de diversidade e de variabilidade. Assim, a aprendizagem da Língua Portuguesa por estudantes imigrantes transcende a simples aquisição de regras gramaticais e vocabulário. A competência comunicativa - que engloba aspectos socioculturais e pragmáticos - é fundamental para que esses alunos compreendam e sejam compreendidos no ambiente escolar.

De acordo com Souza e Senna (2020), os professores em sua prática possuem uma visão acerca da progressão esperada para que os alunos imigrantes apresentem a partir dos padrões impostos pela escola durante o processo de ensino-aprendizagem. Contudo, se faz necessário refletir acerca da necessidade de se adotar diferentes visões a partir do desenvolvimento do aluno, visto que o aluno imigrante não tem a língua portuguesa como língua materna, assim como os demais, e conseqüentemente não irá se desenvolver e progredir da mesma forma.

Desse modo, estratégias pedagógicas orientadas para uma abordagem intercultural, que valorizem as experiências linguísticas prévias dos estudantes, podem facilitar significativamente esse processo de progressão e adaptação. Portanto, o ensino do PLAc não se limita a uma metodologia didática voltada exclusivamente à gramática, mas preocupa-se com o uso da língua nas práticas sociais e nos contextos em que ela é necessária, abrangendo questões relacionadas à saúde, ao trabalho, bem como aos direitos e deveres. Conforme Matangrano (2023), essa abordagem está intrinsecamente relacionada à língua e à cultura.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que cada indivíduo, ao adentrar o ambiente escolar, já possui conhecimentos prévios sobre a língua que necessita aprender, sendo capaz de estabelecer relações entre ela e sua língua de origem. Logo, não se devem impor práticas e políticas baseadas em padrões dominantes e homogeneizantes a esses sujeitos, cujas identidades são marcadas por distintas experiências culturais e linguísticas, sob o risco de coagi-los. Por essa razão, no processo de ensino da Língua de Acolhimento, torna-se imprescindível considerar essas especificidades, de modo a promover a inserção desses alunos no sistema educacional de forma equitativa e respeitosa.

Conforme preceitua a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, destacando valores como dignidade, liberdade, igualdade, solidariedade, cidadania e justiça, é de suma importância que todos os sujeitos sejam inseridos na sociedade sem sofrerem atos discriminatórios. Dessa forma, as políticas públicas são formuladas para garantir a inclusão e os direitos desses indivíduos ao frequentarem os espaços sociais, bem como as instituições de ensino. No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 reforça esse compromisso, especialmente no artigo 5º, que estabelece:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...] (Brasil, 1988).

Assim, “o exercício pleno da cidadania requer a garantia dos direitos civis, políticos e sociais, essenciais para assegurar a participação integral na sociedade” (Brasil, 1988). As políticas de inclusão foram instituídas com o propósito de reduzir as desigualdades sociais e favorecer a adaptação dos imigrantes no contexto social. Em consonância com essa abordagem, a Declaração de Salamanca reafirma que as escolas devem garantir o acesso irrestrito a todas as crianças, independentemente de suas condições.

De acordo com Silva e Ghellere (2024), a ausência de políticas públicas voltadas à inserção social de crianças imigrantes no ambiente escolar, tal como a falta de formação específica dos profissionais que atuam nessa área, comprometem a adaptação desses alunos e prejudicam a garantia de sua aprendizagem.

Dessa forma, torna-se indispensável que o professor reconheça sua importância enquanto ator social no processo de ensino-aprendizagem da língua, uma

vez que esta possui o potencial de desenvolver, ampliar e até mesmo transformar a realidade do aluno imigrante. O ensino da PLAc não tem como objetivo fazer com que o aluno esqueça quem é e de onde vem; ao contrário, busca valorizar sua trajetória, reconhecendo sua cultura e ensinando a Língua Portuguesa por meio de estratégias linguísticas.

Portanto, respeitar as diferenças e particularidades dos indivíduos é essencial quando se trata do acolhimento desse público, pois, segundo Fraga (2015, p. 7), “escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades”.

Conforme Silva e Ghallere (2024), a metodologia de ensino direcionada à Língua Portuguesa como língua de acolhimento também influencia na adaptação dos imigrantes, devendo abordar estratégias que propiciem a interação social dos alunos com seus colegas e professores. Com isso, utilizar materiais didáticos adaptados à realidade sociocultural dos estudantes auxiliará na ampliação e compreensão dos conteúdos escolares.

A aprendizagem da Língua Portuguesa por indivíduos imigrantes deve ser concebida como um processo dinâmico e multifacetado, no qual a língua seja, de fato, acolhedora. Desse modo, as abordagens de ensino precisam ir além da instrução linguística tradicional, incorporando aspectos culturais, sociais e emocionais que influenciam a adaptação escolar. Tais práticas devem convergir para a promoção de um ensino inclusivo, que valorize a diversidade linguística e cultural, rompendo com a discriminação e garantindo um ambiente educacional verdadeiramente acolhedor e equitativo.

Nesse contexto, o ensino da PLAc configura-se como um instrumento imprescindível, não apenas no âmbito do processo educativo, mas também enquanto mecanismo de promoção da inclusão sociocultural de discentes imigrantes, visando, fundamentalmente, ao reconhecimento e à valorização de suas trajetórias e identidades.

Essa abordagem transcende a mera instrumentalização linguística, ao fomentar a constituição de um espaço de aprendizagem pautado na empatia, no qual os sujeitos possam sentir-se acolhidos e legitimados em suas especificidades e diferenças. A adaptação das estratégias de ensino busca promover não apenas a transmissão de conhecimento, mas também fortalecer vínculos, permitindo a

concretização de um aprendizado equitativo. Dessa maneira, o acolhimento torna-se o alicerce para uma educação inclusiva e significativa.

#### **4 ABORDAGENS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO E APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES IMIGRANTES**

De acordo com Balzan *et al.* (2022), é essencial reconhecer a necessidade de uma abordagem que contemple práticas pedagógicas diversificadas, levando em consideração as diferentes formas de aprendizagem e criando oportunidades para que os alunos imigrantes tenham acesso adequado à educação. No entanto, por se tratar de um desafio, às escolas, em geral, não discutem possíveis adaptações para esses grupos de alunos, o que acaba por gerar a sua invisibilização nesses ambientes.

Percebe-se, por parte das escolas, uma grande dificuldade em comunicar-se com os alunos imigrantes e suas famílias, o que evidencia a insegurança em relação às estratégias de ensino e avaliação, além da falta de materiais didáticos específicos e de apoio aos professores, fatores que impactam diretamente nesse processo. A ausência de um preparo adequado leva, muitas vezes, à reprodução de metodologias padronizadas, que desconsideram a realidade e as necessidades dos alunos imigrantes.

Conforme Neves (2018), se faz necessário problematizar as práticas pedagógicas que desconsideram e invisibilizam os estudantes imigrantes e sua cultura, valores e idioma maternos que se fazem presentes nas práticas linguísticas realizadas na escola, dentro do país acolhedor, pois não se deve inibir atitudes e maneiras de se expressar que tragam marcas de seu país de origem.

Neves (2018, p. 121) afirma ainda que, “esperar que os alunos imigrantes falem ‘sem sotaque’ é desconsiderar que o português é, para eles, uma língua adicional e que, portanto, haverá marcas de sua língua materna na aprendizagem e nas interações realizadas nesta língua adicional”.

De acordo com Souza e Senna (2020), muitas vezes, o professor, pela falta de formação voltada a contextos específicos multilíngues, acaba não percebendo a presença de um aluno que não possui o português como língua materna na sala de aula, o que acarreta a falta de auxílio necessário para superar as barreiras durante o processo de ensino e aprendizagem. As autoras afirmam também, que se faz necessário acrescentar nos currículos das escolas o ato de ouvir e buscar

compreender as diferentes formas nas quais os alunos enxergam o mundo, para a partir disso compreender como aprendem.

Assim, segundo Stoffel *et al.* (2024), surge a necessidade das escolas, de maneira colaborativa, construir seus currículos, pautando-se no respeito às individualidades de cada ambiente escolar e de seus alunos, de modo a incluir práticas pedagógicas diversificadas que facilitem a adaptação dos alunos imigrantes.

Desse modo, a formação continuada dos professores é imprescindível, sendo necessário, ainda, que os cursos de licenciatura e os programas de capacitação contemplem o ensino da Língua Portuguesa como Língua de Acolhimento. A escola, por sua vez, precisa estruturar-se para apoiar o trabalho do professor, garantindo recursos, planejamento coletivo e apoio psicopedagógico, pois preparar o docente para esse contexto é fundamental, assegurando o direito à educação e à aprendizagem de todos os alunos, independentemente de sua origem.

Compete aos professores a adoção de práticas pedagógicas que promovam o reconhecimento e o respeito às diferenças culturais, orientando os alunos estrangeiros à compreensão dos contrastes socioculturais do país de acolhimento, bem como à necessária adaptação dos processos avaliativos, a fim de assegurar uma aprendizagem significativa e eficaz (Stoffel *et al.*, 2024).

Conforme Souza e Senna (2020), se faz necessário pensar em um processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa por meio de uma abordagem pedagógica diferenciada e contextualizada, a fim de promover o êxito nas diversas etapas da escolarização e permanência no processo.

Além disso, o uso de maneiras alternativas para avaliar os alunos e seu progresso devem ser adotadas, assim como afirma Neves (2018), as avaliações escritas no idioma português não são capazes de medir o conhecimento do aluno imigrante voltado a diferentes disciplinas, podendo assim comprometer e confundir o “desenvolvimento de habilidades com fluência em português” (2018, p.124).

Nesse sentido, a seleção de materiais didáticos voltados ao ensino da Língua Portuguesa como Língua de Acolhimento (PLAc) deve considerar aspectos socioculturais e linguísticos, privilegiando textos que reflitam a cultura local na qual os alunos estarão inseridos, seus direitos e deveres, a importância da apropriação da nova língua, assim como atividades que favoreçam a comunicação eficiente em situações cotidianas e reais vivenciadas pelos discentes.

Ademais, a utilização de abordagens que promovam a interação entre todos os estudantes da turma configura-se como uma estratégia fundamental para que o aluno imigrante se sinta acolhido e integrado ao ambiente escolar. A adoção de materiais autênticos, tais como textos, vídeos, músicas, panfletos e imagens, entre outros que circulam socialmente, revela-se eficaz. Segundo Balzan *et al.* (2022), esses recursos auxiliam didaticamente no planejamento do professor, especialmente nas práticas de ensino gramatical.

Além disso, esses materiais contribuem para a compreensão da presença da linguagem escrita na sociedade, além da língua que está sendo aprendida. A escuta ativa e o diálogo constante com os alunos e suas famílias configuram-se como práticas essenciais para a construção de uma relação pautada no pertencimento e na confiança.

Diante do cenário atual, o uso de metodologias ativas, como o ensino colaborativo, o trabalho por projetos e a gamificação, configura-se como um conjunto de ferramentas que podem se tornar grandes aliadas, contribuindo para estimular e facilitar a integração dos alunos imigrantes, promovendo uma aprendizagem eficiente.

A Língua Portuguesa, quando abordada por meio de práticas pedagógicas adequadas, constitui-se como uma ferramenta eficaz para a adaptação dos alunos imigrantes. Nesse sentido, o ensino da língua deve ser desenvolvido não apenas com o objetivo de garantir a fluência oral e escrita, mas, sobretudo, para possibilitar a inclusão, a valorização das identidades e o fortalecimento do sentimento de pertencimento no ambiente escolar. Assim, a implementação de políticas educacionais que promovam a diversidade linguística e cultural revela-se essencial para assegurar um acolhimento efetivo e uma educação de qualidade a todos os estudantes.

A aprendizagem da Língua Portuguesa por alunos imigrantes é fundamental para a compreensão do contexto escolar e para a apropriação dos conhecimentos mediados pelo professor, os quais abrangem aspectos gramaticais, lexicais, socioculturais e pragmáticos da língua. Sendo assim, torna-se imprescindível a adoção de práticas pedagógicas que promovam uma abordagem intercultural, valorizando as experiências linguísticas e socioculturais prévias desses estudantes, com o objetivo de favorecer sua adaptação e integração ao ambiente escolar.

Outrossim, a promoção de práticas inclusivas, aliada à implementação de atividades colaborativas e ao uso diversificado de materiais didáticos, configura-se

como estratégia fundamental para a consolidação de um ambiente educacional acolhedor, equitativo e eficaz.

Diante disso, revela-se imprescindível a transformação inicial do educador, capacitando-o a assumir o papel de mediador, responsável no processo de construção do ensino-aprendizagem dos educandos. Além disso, é fundamental que o docente desenvolva a habilidade de flexibilizar suas práticas pedagógicas, de modo a promover a superação dos desafios educacionais enfrentados pelos alunos em seu novo contexto sociocultural. Conforme Bueno (2018), é por meio do aprendizado da língua que se torna possível as relações individuais e sociais do indivíduo.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de imigração na atualidade se mantém em constante aumento no âmbito educacional, sofrendo significativas mudanças, de acordo com o contexto social e cultural. Tendo como respaldo as alternâncias pelas quais os estudantes imigrantes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental enfrentam acerca da inserção, adaptação e acolhimento nas instituições de ensino.

Uma das pautas fundamentais é como assegurar os direitos primordiais à boas condições de vida desses estudantes, bem como proporcionar uma educação que vise sua adaptação e inclusão no processo de ensino. No que tange principalmente ao papel da escola, o acolhimento e a inclusão dos estudantes imigrantes, pois promove a integração e fornece garantias e condições para que esses sujeitos se apropriem da Língua Portuguesa como Língua de Acolhimento.

No processo de acolhimento, a escola tem seu projeto pedagógico definido, o que possibilita as famílias imigrantes buscarem na escola as oportunidades que precisam, cuja inserção interagem culturas e costumes. A língua totalmente diferente é um processo desafiador. Mesmo assim, a escola escuta esses sujeitos, proporciona diálogos e contempla em seus projetos as ações que atendam as especificidades dessa comunidade.

Articular esses dois pontos é o fundamental para a inclusão dos imigrantes na sociedade. Isso está atrelado ao papel do professor na mediação entre a escola, aos alunos imigrantes com suas especificidades, em função da vulnerabilidade social envolvida na migração e no processo de aquisição da Língua Portuguesa como Língua de Acolhimento (PLAC).

O professor, como agente social da instituição, entende o que está intrínseca à comunidade e o compromisso de receber e acolher essas novas demandas. Nesse sentido, destaca-se os resultados acerca do tema, sendo necessário compreender como ocorre o processo de migração, bem como, seu contexto histórico, e as mudanças sociais causadas por este fator. Assim, compete aos professores utilizar estratégias de ensino diversificadas e adaptadas para conseguir fazer com que estes estudantes aprendam a Língua Portuguesa e possam utiliza-la nos diferentes contextos em sociedade.

Por fim, torna-se essencial que o educador passe por uma mudança inicial, preparando-se para atuar como um facilitador comprometido na jornada de aprendizagem dos estudantes. Sendo crucial que o professor aprimore sua capacidade de adaptar e flexibilizar suas metodologias de ensino, favorecendo a superação dos obstáculos educacionais que os alunos enfrentam no atual cenário sociocultural.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. S. B; SANTOS, P. L.C. **O fenômeno do ingresso crescente de crianças estrangeiras na escola pública regular do Distrito Federal**. Horizontes de Linguística Aplicada, v.9, n.2, p.37-60, 2010. Disponível em: 8 pattyatma,+Editor+da+revista,+5664-18075-PB(1).pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.
- BAGNO, Marcos. **PRECONCEITO LINGUÍSTICO** - o que é como se faz. 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/samsung/Downloads/Preconceito%20Linguistico%20-%20O%20que%20e,%20como%20se%20faz%20(Marcos%20Bagno)%20BiblioAlexandria%20(Z-Library).pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- BALZAN, A. *et al.* **Os desafios no acolhimento e no ensino de língua portuguesa para estudantes imigrantes e refugiados na educação básica**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Bento Gonçalves, RS, Brasil. 2022. Disponível em: file:///C:/Users/samsung/Downloads/BARREIRAS%20CULTURAIS%20E%20LINGUISTICAS.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.
- BUENO, Alexandre Marcelo. **NORMA LINGUÍSTICA, PRECONCEITO E IMIGRAÇÃO NO BRASIL**. Linguagem & Ensino, Pelotas, v.21, n.1, p. 427-447, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/15160.>. Acesso em: 25 ago. 2025.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://base.nacional.com.mec.gov.br/abase. Acesso em: 14 mar. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 9.394/96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada na Câmara Federal em 17/12/96 e sancionada pelo Presidente da República em 20/12/96, Brasília, 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 14 mar. 2025.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- CALZA, Evania Carina. **FILHOS DE IMIGRANTES E A ESCOLA: diversidade cultural, direito à educação e equidade escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul. 2022. Disponível em: http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/2316. Acesso em: 11 abr. 2025.
- FRAGA, Andréa Basílio de Matos. **Alunos estrangeiros matriculados em escolas brasileiras regulares: reflexões sobre a inclusão**. Disponível em: https://ri.ucsul.br/server/api/core/bitstreams/e74b5d64-06e3-4e0c-acb43578cb7496d4/content. Acesso em: 10 abr. 2025.
- FREITAS, Tayziane Claudio de. **Português como Língua de Acolhimento e Integração: uma análise comparativa de livros didáticos voltados ao ensino a**

**imigrantes e refugiados.** Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul. 2023. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/975703a27b8356af8f02965227aa99a9.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.

MATANGRANO, Bruno Anselmi. **O ensino do Português como Língua de Acolhimento em contexto pluriétnico:** desafios e propostas. PUCRS, p. 1-13. 2023. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/44794/28329>. Acesso em: 01 maio. 2025.

MJSP. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Migração no Brasil.** Brasília, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/secretaria-nacional-de-justica-senajus/boletim-da-migracao-no-brasil\\_10102024\\_versao-agosto-final-10-out-2024-1.pdf](https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/secretaria-nacional-de-justica-senajus/boletim-da-migracao-no-brasil_10102024_versao-agosto-final-10-out-2024-1.pdf). Acesso em: 27 mar. 2025.

NEVES, Amélia de Oliveira. **POLÍTICA LINGUÍSTICA DE ACOLHIMENTO A CRIANÇAS IMIGRANTES NO ENSINO FUNDAMENTAL BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO.** Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/LETR-B64H2A>>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SILVA, J. I; OLIVEIRA, G, M. **Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos: que políticas linguísticas o Estado brasileiro tem adotado para garantir o acesso dos imigrantes a serviços públicos básicos?** Gragoatá, Niterói, v.22, n. 42, p. 131-153. Disponível em: [file:///C:/Users/samsung/Downloads/6%20barreiras%20linguisticas%20\(1\)%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/samsung/Downloads/6%20barreiras%20linguisticas%20(1)%20(1).pdf). Acesso em: 10 abr. 2025.

SILVA; Ghellere. **Revista Iguazu Science**, v. 2, n. 4, ago. 2024 Disponível em: <https://iguazu.uniguacu.com>. Acesso em: 01 maio. 2025.

SOUZA, Pacheco, J. M; SENNA, Gomes, L. A. **A APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA EM CONTEXTO DE DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO BRASIL.** *Imagens da Educação*, v. 10, n.3, p. 80-95, set./dez., 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/48090>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

STOFFEL, S. *et al.* **Cultura em sala de aula: Estratégias para superar desafios e promover a integração de alunos imigrantes nas escolas brasileiras.** v.5, n.1, 2024. Disponível em: [file:///C:/Users/FAG-LAB/Downloads/4735+-+CULTURA+EM+SALA+DE+AULA%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/FAG-LAB/Downloads/4735+-+CULTURA+EM+SALA+DE+AULA%20(1).pdf). Acesso em: 12 mar. 2025.

TOKUNAGA, Marta. **O acesso à educação escolar de imigrantes em Maringá: Análise de Políticas Públicas para inserção e os desafios da interculturalidade em sala de aula.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual em Maringá, Paraná. 2022. Disponível em: [http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/6747/1/Marta%20Tokunaga\\_2022.pdf](http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/6747/1/Marta%20Tokunaga_2022.pdf). Acesso em: 10 abr. 2025.

UNIÃO EUROPEIA. **Resolução sobre a Carta dos Direitos Fundamentais**. In: JO C 364/1 de 18 de dezembro de 2000, p. 5. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text\\_pt.pdf](https://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf). Acesso em: 01 maio. 2025.